



Revista Catarinense de História

ISSN 2238-9717 (edição online)
ISSN 1415-8701 (edição impressa)

Fronteiras: Revista Catarinense de
História

ISSN: 1415-8701

samira.moretto@uffs.edu.br

Universidade Federal da Fronteira Sul
Brasil

Pruner de Siqueira, Ana Paula

Cativos em terras de pecuária

Fronteiras: Revista Catarinense de História, núm. 17, -, 2009, pp. 155-169

Universidade Federal da Fronteira Sul

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672071474010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Cativos em terras de pecuária

Slaves in cattle raising land

Ana Paula Pruner de Siqueira¹

Resumo: O presente artigo versa sobre a população de cativos e seu dinamismo nas propriedades de Palmas, Paraná, no século XIX, marcadas pelas atividades pecuaristas e pela pequena lavoura. Não tão extensa quanto a encontrada em localidades de grandes plantações, tal população, todavia, cresceu no decorrer da segunda metade do Oitocentos.

Palavras-chave: escravidão, população escrava, pecuária, Palmas-PR.

Abstract: This paper discusses the slave population and its dynamism in Palmas (Paraná State, Brazil) properties during the nineteenth century, featuring activities like cattle raising and agriculture in small properties. Not as numerous as the ones found in big plantation properties, these populations have increased during the second half of the nineteenth century.

Keywords: Slavery, slave population, cattle raising, Palmas-PR.

A cidade de Palmas foi fundada em 1839 e situa-se numa região de fronteira, localizada no oeste paranaense. Teve seu desenvolvimento econômico baseado na atividade pecuarista e na pequena lavoura, além da extração de erva-mate. Suas atividades, portanto, estavam voltadas para o mercado interno. Sua população foi aumentando no decorrer das décadas uma vez que a localidade tornava-se favorável à incorporação de novos indivíduos que desejavam adquirir riquezas ou que almejavam expandir seus negócios. Assim, muitos moradores eram originários de freguesias vizinhas como Guarapuava, da qual Palmas foi distrito até 1877.

Como em outras localidades do sul do Brasil, onde as atividades econômicas não eram destinadas à exportação e nem se baseavam nas *plantations*, a mão de obra utilizada foi um misto de empregados livres e escravos. Entre os livres, além da mão de obra familiar, podemos suspeitar da utilização da mão de obra indígena, uma vez que sabemos da existência de grupos indígenas vivendo na região quando houve o início do processo

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina; E-mail para contato: paulaas_pruner@yahoo.com.br

de povoamento e que, com o decorrer do tempo, o governo paranaense estabeleceu um aldeamento na freguesia. Estes grupos aldeados eram necessários à freguesia de Palmas, pois protegiam a mesma dos ataques de indígenas “bravos” bem como eram responsáveis por “amansá-los”.

A outra opção utilizada pelos moradores de Palmas foi a mão de obra escrava. Os cativos estiveram presentes na região desde o início do povoamento até o fim da escravidão.

Apesar da quantidade de cativos ter sido pequena, sendo 312² o maior número encontrado de escravos trabalhando em Palmas, o número de cativos na região cresceu significativamente no decorrer da segunda metade do século XIX. Desta forma, o objetivo deste artigo é apresentar o crescimento e o dinamismo dessa população escrava nesta região voltada para o mercado interno, de fronteira, de povoamento recente e de fundação nas proximidades da metade do século XIX, à luz dos novos trabalhos historiográficos sobre escravidão.

A utilização de escravos africanos ou afro-brasileiros em regiões voltadas para o mercado interno e, no caso específico de Palmas, para a pecuária e lavouras de alimentos, suscita debates na historiografia brasileira. Estes debates são prejudicados, em certa medida, pelo pequeno número de pesquisas que apresentam as características desta mão de obra nas terras de pecuária no Brasil Meridional.

O trabalho escravo em áreas de pecuária foi tratado em estudos historiográficos nas décadas de 1970 e 1980 como algo raro, incongruente e incompatível, sendo esta atividade função de trabalhadores livres, geralmente indígenas, os quais se adaptavam facilmente a este afazer. Mesmo reconhecendo resistência por parte de alguns grupos indígenas que perderam suas terras com o povoamento, Celso Furtado aponta que “tudo indica que foi com base na população local que se fez a expansão da atividade criatória”.³ Para as estâncias do Rio Grande do Sul, Fernando Henrique Cardoso credita aos indígenas e aos homens livres assalariados a responsabilidade pelas atividades da mesma, além de que “a quantidade de

² ABREU, Alcioly T. G.; MARCONDES, Gracita G. **Escravidão e trabalho**. Guarapuava, PR: Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, 1991. p. 113; MENDES, Adilson Miranda. **Origem e composição das fortunas na sociedade tradicional paranaense: Palmas 1850-1903**. Curitiba, 1989. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. p. 110.

³ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Nacional, 1989. p.58.

mão de obra requerida pela empresa criatória é sabidamente pequena".⁴ Segundo Caio Prado Júnior, ainda sobre as estâncias gaúchas, seis empregados poderiam cuidar de uma criação de 4 a 5000 cabeças, não necessitando de um grande número de funcionários. Se preciso fosse, poder-se-ia contratar peões, os quais eram encontrados em constante movimento pelas campanhas. Portanto, na visão tradicional, pouca mão de obra era utilizada nos campos de pecuária e, consequentemente, raramente empregavam-se cativos.⁵

Contudo, Helen Osório versa sobre a surpresa de Cardoso quando este estudou as características da população rio-grandense e encontrou grande quantidade de escravos. Sua explicação para este fato foi a expansão da cultura do trigo e o fortalecimento das charqueadas na década de 1780. Todavia, a existência de escravos nas estâncias ainda era considerada ocasional.

Em seu trabalho sobre a sociedade colonial nas regiões de fronteiras do Rio Grande do Sul no século XVIII,⁶ Osório analisa a mão de obra escrava e conclui que os escravos também foram utilizados nas lavouras de trigo, como afirma Cardoso, porém não eram estas as únicas atividades escravistas e nem empregavam exclusivamente cativos. Aponta a presença dos escravos nas atividades de pecuária, sendo distribuídos conforme a estratégia dos proprietários. Em pequenas propriedades de escravos, estes eram utilizados mais na agricultura; já nas grandes estâncias – onde, neste período, não era desempenhada exclusivamente a pecuária – ocorria o inverso, os escravos eram destinados para os campos de criação. Dentre os ofícios desempenhados pelos cativos, eram o de campeiros e o de domadores os que se destacavam.

Além disso, nas obras de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, entre outros, as atividades voltadas para o mercado interno eram vistas como dependentes das regiões com atividades econômicas voltadas para a exportação. Assim, analisam estes dois sistemas econômicos contrastando um ao outro, avaliando as regiões relacionadas ao abastecimento interno

⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.80.

⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 98.

⁶ OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.** 1999. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense.

como atividades com irrelevante uso de mão de obra escrava.⁷ De acordo com Furtado, a atividade de pecuária desenvolvida no Nordeste deu-se em função da necessidade de criação de gado fora das fazendas açucareiras. Diferentemente desta, a economia criatória não necessitava de braços escravos em virtude de ser “um mercado de ínfimas dimensões”.⁸

Além da necessidade de pouca mão de obra, a pecuária era uma economia incapaz de produzir grandes riquezas e, portanto, o acúmulo de dinheiro por parte dos proprietários seria pequeno demais para conseguir suprir constantemente suas propriedades com escravos, sendo as atividades pecuaristas “interpretadas como um óbice à utilização de mão de obra escrava”.⁹ Os cativos seriam, assim empregados nas grandes economias voltadas para o exterior, as quais arrecadavam somas expressivas de dinheiro com seus negócios.

Quando analisa a pecuária no século XVIII, Furtado afirma que esta economia desenvolveu-se positivamente no sul do Brasil e, mesmo com rendimentos baixos, encontrou nas atividades mineiras extrativistas um mercado consumidor promissor. Com o comércio de mulas e a venda do gado, a região sul foi definitivamente integrada ao restante do país e aumentou a rentabilidade da sua economia criatória. Apesar disso, mesmo com este incremento na produção, a utilização de escravos permanecia ínfima.¹⁰

Contrastando com as ideias de Furtado, Lenharo aponta a utilização de cativos em territórios de economia de pecuária e enfatiza que a historiografia tem relegado às economias voltadas para o mercado interno um papel secundário e dependente das áreas de exportação. Afirma que

[...] quase sempre a economia de subsistência é vista como caracterizada por baixa produtividade e rentabilidade, [...] como uma economia de natureza fechada e tendente à autossuficiência. As formas de trabalho nela empregadas tendem a diferenciá-la da economia de exportação: nesta utiliza-se extensivamente o trabalho escravo; naquela é mais

⁷ BORGES, Nilsen C. O. *Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, p. 34.

⁸ FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, op.cit. p. 59.

⁹ OSÓRIO, Helen. Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, séc.XVIII. *Anais do II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”*, Porto Alegre, 2005. p. 7.

¹⁰ FURTADO, op.cit. p. 58.

comum o emprego de formas não escravistas de trabalho.¹¹

E é em seu estudo sobre o abastecimento interno através das tropas em Minas Gerais na primeira metade do século XIX que Lenharo aponta a rentabilidade que se poderia ter com atividades relacionadas com o abastecimento do mercado interno e, como consequência, a possibilidade da utilização de mão de obra escrava nestas atividades.

Neste estudo, Lenharo estuda tanto o acúmulo econômico e o prestígio social por parte dos proprietários pecuaristas quanto a existência de escravos trabalhando nas tropas de gado. Além disso, faz uma comparação entre o número de escravos presentes em tropas mineiras e paulistas, concluindo que aquelas eram compostas por mais cativos do que as dos paulistas, sendo muitas vezes um escravo a liderança da tropa, atuando como tropeiro. Os mineiros utilizavam mão de obra escrava em maior quantidade em virtude de suas propriedades, de onde provinham as tropas, serem compostas basicamente por escravos. Nestas propriedades os escravos mineiros trabalhavam na produção, na colheita e no processamento da safra. Quando estas atividades eram finalizadas, eles encaminhavam-se para a distribuição e a venda do produto.¹²

As atividades de pecuária, além dos motivos já apontados, não era creditado o emprego de cativos devido à “alta mobilidade da população”,¹³ a possibilidade de liberdade que a atividade oferecia a seus empregados. Contudo, a escravidão esteve disseminada em diversas áreas de pecuária. No Rio de Janeiro, na época colonial, Sheila Faria constatou que apenas 32% dos criadores de gado não possuíam escravos. Os proprietários utilizaram-se de estratégias como a possibilidade de constituição de famílias e acesso a roças para a permanência dos escravos nas propriedades.¹⁴

Para o período imperial, temos o trabalho de Nilsen Borges sobre as características do sistema escravista na economia de pecuária em Lages, no período compreendido entre 1840-1865. Utilizando inventários lageanos, o autor estrutura a distribuição dos bens e riqueza e identifica a posse escrava. Dos 150 inventários analisados, 38,2% não apresentaram mão de obra

¹¹ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. 2 ed. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993. p. 26.

¹² Ibidem, p. 80-81.

¹³ OSÓRIO, Campeiros e domadores, op.cit. p. 2.

¹⁴ FARIA, Sheila C. S. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

cativa. Como observado por Osório no Rio Grande do Sul, havia propriedades com base na produção familiar, outras com poucos escravos, posses escravas medianas com até cinco cativos e aquelas com 6 a 10 escravos. O trabalho escravo em Lages entrelaçava-se com o trabalho livre, principalmente nas pequenas propriedades.

Na análise das atividades desempenhadas pelos cativos, merecem destaque as ocupações de campeiro e de roceiro, as quais, somadas, representam 50 escravos, ou seja, 44,6% do conjunto total apresentado. Assim, Borges conclui que Lages estava conectada com as demais regiões pecuaristas, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, devido tanto ao tropeirismo quanto ao “grau de importância da mão de obra cativa na estratificação socioeconômica”.¹⁵

Fernando Franco Netto, estudando a composição da sociedade em Guarapuava durante o século XIX, aponta para o tamanho relativamente pequeno da escravaria nesta região pecuarista. Todavia, mostra o crescimento da mesma com o passar do tempo em virtude da melhoria da economia “com o incremento na comercialização de animais para a feira de Sorocaba”.¹⁶ Este aumento deu-se tanto pela reprodução endógena quanto pela compra de cativos. Com a análise das listas nominativas de habitantes e relatórios dos presidentes da Província do Paraná, Franco Netto apresenta a porcentagem de escravos em alguns períodos, sendo o ápice em 1854, quando 16,5% da população era escrava. Em Lages, neste mesmo período, 19,5% da população era cativa.¹⁷ Logo, considerando que Guarapuava era um território mais recentemente povoado do que Lages, a população cativa daquela é relevante. Concomitantemente ao aumento do número de escravos, houve o crescimento da participação dos agregados nas propriedades de Guarapuava.

População escrava em Palmas

Para este estudo sobre a população escrava nos Campos de Palmas, selecionamos como fontes os mapas de população e os censos existentes nos relatórios dos presidentes da província entre 1854 e 1886. Através destas fontes podemos acompanhar a evolução demográfica da freguesia e, em

¹⁵ BORGES, Terra, gado e trabalho, op.cit. p. 165.

¹⁶ FRANCO NETTO, Fernando. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, p.332.

¹⁷ BORGES, op. cit., p. 135.

alguns casos, diferenciar a população livre da escrava. Com o Censo de 1872, o qual é mais detalhado, é possível depreender características específicas do contingente populacional, tais como cor, idade, estado civil, condição social e atividades desempenhadas pelos livres e escravos.

Conhecemos, todavia, os problemas existentes em se trabalhar com estas fontes, como a irregularidade na apresentação de informações populacionais sobre a freguesia, originando lacunas entre os dados obtidos. Além disso, há o problema da exatidão destes recenseamentos, uma vez que “da coleta à compilação, essas informações foram transmitidas por uma rede de funcionários que nem sempre funcionava a contento”¹⁸. Mesmo considerando estas questões, é fundamental a utilização destas fontes, as quais nos fornecem um panorama da população dos Campos de Palmas a partir da segunda metade do século XIX.

Tabela 1: População da freguesia de Palmas, 1854-1886

Ano	População Total	Livres	%	Escravos	%
1854	734	576	78,47	158	21,52
1866		2.901			
1872	3.301	3.028	91,72	273	8,27
1882	5.000	4.684	93,68	316	6,32
1886				227	

Fontes:

1854, 1866 e 1886 - Relatórios de Presidentes da Província do Paraná.

1872 - Recenseamento do Brasil em 1872, Província do Paraná.

1882 - ABREU, Alcioly T. G.; MARCONDES, Gracita G. Escravidão e trabalho, p. 113; MENDES, Adilson Miranda. *Origem e composição das fortunas na sociedade tradicional paranaense*, p. 110.

Para o período compreendido entre a fundação da povoação de Palmas e a abolição da escravatura só temos três momentos em que é especificado o número de indivíduos livres e escravos, mas podemos verificar que a população de ambas as condições sociais cresceu durante o período. A presença escrava diminuiu percentualmente em virtude da

¹⁸ SCHEFFER, Rafael C. *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. p. 43.

grande expansão da população livre, que cresceu mais de oito vezes durante o período estudado. Vale ressaltar que Palmas era uma região de atração tanto para aqueles que almejavam novas oportunidades quanto para aqueles que desejavam expandir seus negócios. Assim, mesmo com a queda percentual, numericamente a população escrava aumentou e se manteve estável até as proximidades de 1888.

O tamanho da escravaria em Palmas era pequeno se comparado com o de outras regiões e, pelos dados que dispomos, apenas em 1854 o percentual de cativos atingiu a faixa dos 20%. Para estes dados de 1854 há a possibilidade do número de cativos estar equivocado ou também resultar da maior ocorrência de absenteísmo entre os senhores no início da colonização de Palmas.¹⁹ Deste modo, a população seria formada majoritariamente por indivíduos solteiros, atraídos para a região, e por fazendeiros de outras localidades que não se estabeleceriam em Palmas.

Este quadro foi observado também em Guarapuava, onde inicialmente havia forte concentração de homens livres em comparação com as mulheres. Porém, com o passar do tempo esta diferença se reduziu, bem como houve o aumento de crianças, o que sugere que, com a consolidação das atividades econômicas na região e, portanto, maior estabilidade e melhores condições de vida, foram possíveis a organização e o estabelecimento das mulheres e dos filhos dos já proprietários de terra em Guarapuava, além do estabelecimento de novas famílias.²⁰

É também em 1854 que o percentual de escravos em Guarapuava atinge seu ápice, representando 16,5% da população. Mesmo tendo o percentual diminuído para 10% em 1872, o valor absoluto aumentou, passou de 537 para 849. Estes valores incluem a população cativa de Palmas e de Guarapuava, uma vez que aquela ainda pertencia a esta. Para Lages, em 1854 os escravos significavam 19,6% da população total, sendo este também o índice mais elevado entre 1854 a 1864. Como ocorreu em Palmas e Guarapuava, a população escrava lageana também cresceu em números absolutos e durante estes dez anos estudados o número de cativos passou de 1.157 para 1.496.²¹ Apesar de serem regiões colonizadas em diferentes períodos, Palmas, Guarapuava e Lages possuíam dinâmicas semelhantes em

¹⁹ Estes senhores absenteístas não moravam com suas famílias nas fazendas que declaravam em virtude de possuírem mais de uma propriedade, encarregando um peão do cuidado das terras. Assim, quando fosse feita a contagem de moradores somente constaria o peão que habitava a fazenda, não considerando o proprietário e sua família.

²⁰ FRANCO NETTO, *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*, op.cit. p. 29-72.

²¹ BORGES, *Terra, gado e trabalho*, op.cit. p. 50.

relação à população escrava na metade do século XIX. Esta semelhança pode estar relacionada com o panorama nacional positivo que vivia a atividade pecuária em que as três estavam envolvidas.

Os dados apresentados pelo primeiro Censo realizado pelo Império, em 1872, nos possibilitam análises além das quantitativas. Com estes dados temos a proporção entre homens e mulheres, tanto entre os livres quanto entre os escravos. Dos 3.301 habitantes do distrito de Palmas, 1.612 (48,83%) eram homens livres, concentrando-se na faixa etária de 20 a 40 anos, enquanto havia 1.416 (42,89%) mulheres. Em relação aos escravos na população total da freguesia, 118 (3,57%) eram homens e 155 (4,69%) eram mulheres.

À primeira vista poder-se-ia pensar que a utilização de mais mulheres do que homens escravos estaria relacionada com a intensificação das vendas dos cativos para as regiões com atividades econômicas voltadas para a exportação, as quais necessitavam de mão de obra com o fim do tráfico escravo atlântico em 1850, bem como pela alta do preço dos cativos, principalmente o preço dos homens. Nestas vendas entre as regiões havia a preferência pela compra de escravos homens, adultos, sem problemas físicos ou doenças, características semelhantes aos dos escravos comprados diretamente pelo tráfico atlântico. Devido a este mercado interno de escravos, a população escrava das regiões “exportadoras” de cativos tornar-se-ia mais feminina e envelhecida. Assim, Palmas poderia ser incluída neste mercado interno em virtude de possuir mais mulheres do que homens escravos.

Contudo, verificando a faixa etária dos cativos em Palmas, constatamos uma concentração de 47,61% de cativos com idade entre 21 a 40 anos. Destes, 39,53% eram homens e 60,46% eram mulheres. Concluímos, portanto, que esta população não estava envelhecida, apesar da maior concentração de mulheres jovens. Se analisarmos a quantidade total de homens e mulheres com até 40 anos, o percentual de escravos sobe para 91,56%, reforçando a condição produtiva em que se encontrava a população cativa em 1872 nos Campos de Palmas. Como o percentual de crianças era alto, 43,95%, significa que os fazendeiros escravistas de Palmas teriam, por um bom tempo, mão de obra escrava jovem à disposição. Portanto, apesar da maior concentração de mulheres, os escravos jovens predominavam e isto poderia ocorrer tanto pela preferência dos senhores em comprar cativos jovens como pela alta taxa de nascimento de crianças escravas, visto o alto índice de mulheres cativas em idade fértil.

Para efeitos de comparação, apresentamos a faixa etária dos moradores livres de Palmas em 1872. Concentravam-se 41,01% na faixa

etária de 21 a 40 anos, sendo que destes 45,28% eram homens e 36,15% eram mulheres. A maior concentração estava entre as crianças e jovens com até 20 anos, 46,56%. Somando estes dois grupos, a porcentagem de indivíduos livres com até 40 anos correspondia a 87,58%, porcentagem semelhante àquela encontrada entre os cativos. Observando tanto a população livre quanto a cativa nos Campos de Palmas, percebemos que em 1872 esta região era formada, em grande maioria, por indivíduos jovens em idade produtiva.

Seguindo em nossa análise, para 1882 também conseguimos analisar a faixa etária dos cativos, apesar de esta estar dividida entre indivíduos com até 21 anos, 21 a 60 e acima de 60, diferentemente do que encontramos no Censo de 1872. Por estes dados, não consta a presença de sujeitos com mais de 60 anos. Entre a população escrava, os homens com até 21 anos representavam 23,41% e as mulheres nesta mesma faixa etária totalizavam 19,62%. Somando homens e mulheres cativos com até 21 anos, temos 136 indivíduos, representando 43,03% da população total cativa, percentual semelhante ao existente em 1872.

Tabela 2: Idade da população escrava em Palmas em 1872 e 1882

	1872		1882*	
	Total	%	Total	%
Até 20 anos	120	43,95%	136	43,03%
De 20 a 60 anos	130	47,61%	180	56,96%
Acima de 60 anos	23	8,42%	-	-
Total	273	100%	316	100%

Fontes:

1872 - Recenseamento do Brasil em 1872. Província do Paraná.

1882 - ABREU, Alcioly T. G.; MARCONDES, Gracita G. **Escravidão e trabalho**, p. 113.

*Obs.: Em 1882, na faixa etária com até 20 anos, somente estão incluídos os escravos, não contando as crianças ingênuas nascidas após a Lei do Ventre Livre.

Complementando os dados da tabela, em 1872, 203 escravos viviam no setor rural, sendo que 113 eram homens e 90 eram mulheres, enquanto no perímetro urbano de Palmas o total era de 63, em que 18 eram mulheres e 45 homens. Já em 1882 o setor urbano possuía maior concentração de

escravos, totalizando 179, dos quais 84 eram homens e 95 mulheres. No campo havia 94 homens e 43 mulheres, resultando numa população de 137 indivíduos.²² Tanto em 1872 quanto em 1882 a população masculina era maior na área rural, enquanto as mulheres tendiam a se concentrar nas cidades.

Além disso, comparando as informações referentes a 1872 e 1882 constatamos que, se em 1872 havia mais mulheres do que homens, em 1882 este panorama se transformou. Além do aumento da quantidade de cativos, o percentual de escravos homens era de 56,32% e 43,67% para as mulheres. Assim, a proporção entre homens e mulheres modificou-se de 1872 a 1882, sendo que o percentual de mulheres em 1872 tornou-se o percentual dos homens em 1882 e vice-versa. Em valores absolutos, o número de mulheres decresceu de 155 para 138 e os homens passaram de 118 para 178.

Com estes dados, nossas hipóteses tomam outros rumos e tornam-se indagações. Estaria Palmas, cuja economia se baseava em atividade pecuária e de pequenas lavouras, comprando escravos, principalmente homens e jovens, em um momento em que a venda destes para as regiões do Sudeste era a ordem do dia? Como se manteve esta população? Para quais funções e de onde vinham estes escravos que estavam incrementando a escravidão palmense?

Uma tentativa de resposta a estas indagações poderia estar nos dados apresentados por Abreu e Marcondes, os quais contrastam com as informações supracitadas em relação à quantidade de escravos. Além disso, os autores demonstram os números de entradas, saídas, mortes e alforrias de escravos para este período.

Tabela 3: Escravos em Palmas entre 1873 e 1882

	1873	Entradas	Saídas	Falecidos	Libertos	1882
M	184	13	01	07	18	171
F	152	24	04	08	19	145
T	336	37	05	15	37	316

Fonte: FERRARINI, Sebastião. A escravidão negra na Província do Paraná. Apud ABREU; MARCONDES, *Escravidão e trabalho*, p. 113.

²² ABREU; MARCONDES, *Escravidão e trabalho*, op.cit. p. 113 e 153.

Com estes dados é apresentada a razão dos valores de 1882 serem mais altos do que os apresentados no Censo de 1872. Segundo Ferrarini, em 1873 havia mais cativos do que em 1872, e, portanto, de 1873 para 1882 teria diminuído o número de cativos e não aumentado, como discutimos anteriormente. Contudo, esta diferença de dados nos conduz a indagar como houve um aumento de 63 cativos de 1872 para 1873, haja vista que no Censo de 1872 a freguesia de Palmas contava com 273 cativos. Em pouco tempo, os proprietários escravistas teriam que ter comprado no mínimo 63 escravos. Além disso, não é explicitado se estas entradas e saídas são referentes à compra e à venda de escravos ou à entrada ou à saída de proprietários com seus cativos em Palmas. Neste período, pelos registros do cartório da freguesia que pesquisamos, houve apenas 21 compras de escravos para Palmas e quatro vendas de cativos de Palmas, havendo, portanto, disparidade entre estes valores e os da tabela relativos à entrada e à saída de escravos.²³

Certamente, neste ponto nos deparamos com a dificuldade de trabalharmos com fontes como os censos e os relatórios de presidentes de província. Não podemos considerar nem uma e nem a outra como a fonte verdadeira, descartando simplesmente uma delas. Necessitamos utilizá-las de forma crítica, comparando-as, para então elaborarmos nossas considerações. Assim sendo, analisando a população escrava à luz destes dois tipos de documentos, constatamos que a quantidade de cativos diminuiu de 1873 para 1883 em razão do grande número de alforrias e de falecimentos; porém, houve um maior número de escravos entrando em Palmas do que saindo. Portanto, o número de escravos de 1873 para 1883 diminuiu em virtude do número de falecimentos e de alforrias dos escravos que já moravam em Palmas e não pela grande quantidade de cativos de Palmas que foram vendidos ou que saíram com seus proprietários da região. E assim, se considerássemos somente o número de cativos que entraram e saíram de Palmas, ou por vendas ou acompanhando seus senhores, o resultado seria o crescimento do número de escravos de 1873 para 1883.

Deste modo, considerando estas observações e as discutidas anteriormente, o debate que se segue é acerca do crescimento da população escrava no último quartel do século XIX em Palmas, num momento em que a regra do jogo era vender cativos para o Sudeste.

O crescimento de cativos posterior a 1872 não poderia ter ocorrido em razão do crescimento vegetativo desta população, uma vez que, nascidas

²³ Escritura de compra e venda de escravos: 1872-1882. Livros nº. 1-12. Tabelionato de Notas Leinig, Palmas, PR.

após a Lei do Vento Livre (1871), as crianças eram legalmente livres, apesar de viverem e trabalharem para seus senhores até atingirem a maioridade. Uma vez sendo consideradas perante a lei como livres, estas crianças não poderiam ser contadas como cativas. A menos que as fontes utilizadas estejam equivocadas e tenha havido uma supercontagem dos escravos, este crescimento deu-se de outras formas, como através da compra, das doações de proprietários de outras freguesias aos proprietários de Palmas ou do estabelecimento de novos senhores na região.

Em relação à residência de novos proprietários escravistas em Palmas, ocasionando o aumento de escravos, temos algumas considerações. Através dos censos apreendemos que a população livre realmente aumentou, sendo assim possível que, dentre aqueles que migraram para a freguesia, existissem proprietários de escravos, elevando, portanto, o número da população cativa. Contudo, os escravos destes proprietários deveriam corresponder a certas características, ou seja, deveriam ser, majoritariamente, homens e jovens, se considerarmos as informações presentes no Censo de 1872. Era necessário serem jovens, e para serem contabilizados em 1882 na categoria de escravos, aumentando o número de cativos jovens em Palmas, estes escravos deveriam ter entre 11 e 21 anos, visto a regulamentação da Lei do Vento Livre de 1871. Além disso, em 1872 havia apenas 104 indivíduos com até 20 anos, passando para 136 em 1882, um crescimento que não poderia ocorrer apenas com os jovens já existentes em Palmas em 1872, em virtude novamente da Lei do Vento Livre.

Quanto à afirmação de que estes cativos deveriam ser homens, é evidenciada pelos dados já apresentados sobre a quantidade de homens e mulheres, novamente considerando os dados de 1872 e 1882, em que temos um aumento de 60 indivíduos do sexo masculino.

A outra possibilidade é a dos fazendeiros de Palmas estarem comprando novos cativos. Para analisar esta hipótese utilizamos as escrituras de compra e venda de escravos, nas quais constam negociações de compra e venda até 1880. Após esta data, somente encontramos cartas de alforrias e doações. No intervalo de 1872 a 1882, houve 36 registros de compra e venda no cartório de Palmas. Os vendedores residentes em Palmas somavam 14, e os de outras localidades da província ou do país, 16. Apenas dois dos vendedores de outras localidades venderam seus cativos para um morador de outra localidade. Assim, das 16 vendas em que os negociantes vinham de fora, apenas dois compradores não eram de Palmas, sugerindo que no período analisado houve a integração, na comunidade cativa palmense, de 14 novos escravos. Este número passa para 21 se

considerarmos que em uma mesma negociação constava a venda de mais de um cativo, geralmente os filhos dos escravos.²⁴

Em relação às vendas de escravos palmenses, apenas quatro foram vendidos para fora de Palmas. Todos foram vendidos para negociantes de São Paulo. Logo, a compra de novos cativos foi uma das razões do crescimento da população cativa em Palmas; entretanto, não é suficiente para o aumento do número de cativos do sexo masculino nas fazendas palmenses, uma vez que foram comprados oito homens e treze mulheres. Possivelmente, nem todas as negociações de compra e venda que aconteceram em Palmas neste período foram registradas no cartório do distrito, o único estudado para esta pesquisa.

Tabela 4: Compra e venda de cativos no período de 1872 - 1882

	Vendedores de escravos de Palmas	Vendedores de escravos de outras regiões
Compradores de escravos de Palmas	14	16
Compradores de escravos de outras regiões	04	02

Fontes: Tabelionato de Notas Leinig. Escritura de compra e venda de escravos. 1872-1882. Livros nº. 03 - 07. Palmas, PR.

Quanto às doações, estas ocorreram quatro vezes; todavia, todas eram de proprietários palmenses para outros proprietários palmenses e, portanto, as doações não poderiam ser responsáveis pelo aumento do número de cativos.

Concluímos que tanto a compra de novos escravos como a vinda de novos proprietários escravistas são explicações palpáveis e não excludentes para o crescimento da população cativa em Palmas.

Portanto, apesar das diferenças entre os valores apresentados para 1872 e 1873, com a análise destas informações percebemos que os fazendeiros de Palmas estavam adquirindo mais cativos do que vendendo e,

²⁴ Escritura de compra e venda de escravos: 1872-1882. Livros nº. 3-7. Tabelionato de Notas Leinig, Palmas, PR.

dentre aqueles que saíram por venda, apenas um era homem. Evidencia-se que a participação de Palmas no mercado interno de escravos era diminuta até 1882, sendo que a perda de escravos era maior devido às mortes e alforrias do que às vendas. Este panorama singular ocorreu também em Lages, onde, através do panorama demográfico da região, foi possível perceber que não houve uma quantidade expressiva de vendas de cativos para o tráfico interno.²⁵

Apesar da posse escrava em Palmas ter sido pequena, se comparada com outras regiões onde trabalhavam mais de 100 escravos numa mesma fazenda, a população escrava na localidade no mínimo se manteve em meio ao desmantelamento do sistema escravista. Mesmo com o fim do tráfico atlântico de escravos, houve entrada de novos cativos nas propriedades palmenses. Além da compra, os proprietários escravistas estavam mantendo seus escravos, não os vendendo para as regiões do Sudeste, a qual estava absorvendo esta mão de obra escrava de outras localidades do país. Apesar de as razões da manutenção da escravidão até as proximidades da abolição não serem objeto deste artigo, sugere-se que elas podem estar relacionadas com a prosperidade que a atividade de pecuária e, por consequência, as localidades que a praticavam, viveram até a década de 1870.

²⁵ BORGES, Terra, gado e trabalho, op.cit. p. 79.

